

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GE_x

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 16 de abril de 2012 às 14h30

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, térreo, sala CT 02 – Brasília/DF.

Pauta

1. Apresentação dos Planos Setoriais previstos no Decreto 7.390/2010;
2. Processo de Consulta Pública dos Planos Setoriais;
3. Encaminhamentos.

O Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Dr. Carlos Klink, abriu a reunião e, na sequência, teve início a apresentação dos Planos Setoriais.

1. Apresentação dos Planos Setoriais

1.1. Plano de Transportes e Mobilidade Urbana

- O Plano Setorial de Transportes é composto pelo componente mobilidade urbana sob responsabilidade do Ministério das Cidades e o componente de transporte de cargas elaborado pelo Ministério dos Transportes. Durante a apresentação ressaltou-se os seguintes aspectos do Plano:
- Em relação à mobilidade urbana:
 - A construção de cenários referentes à mobilidade urbana levou em consideração investimentos em mobilidade urbana para a Copa e o PAC2 – Grandes Cidades, com ênfase nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.
 - A projeção de emissões para 2020 representa um crescimento de 65,9% em relação a 2010. Em 2020, o potencial de abatimento representa cerca de 2% das emissões totais do setor.
 - Foi informado que o PAC Grandes Cidades não pode ser integralmente considerado no Plano de Mobilidade Urbana. Caso seja feito o anúncio de sua conclusão, os números do PAC Grandes Cidades poderão ser posteriormente incluídos no Plano de Mobilidade Urbana.
 - Ressaltou-se a necessidade de implantação de um sistema de informações de mobilidade urbana no Ministério das Cidades, pois as informações sobre transporte público urbano se encontram na esfera municipal. Também foi sugerida a realização de pesquisas domiciliares para conhecer melhor todas as formas de mobilidade urbana, incluindo o deslocamento com bicicleta e pedestres.
- Em relação à transporte de cargas:
 - as emissões projetadas em 2020 no Cenário de Referência deverão aumentar 46,38% em relação ao ano-base 2010. O transporte rodoviário responderá por 89% das emissões em 2020.
 - No Cenário PNLT, as emissões projetadas em 2020 representarão um aumento de 42% em relação a 2010. Em 2020, o transporte rodoviário representará 88% das emissões.
 - O Ministério dos Transportes informou que o processo de revisão do PNLT, que serve de base para a elaboração dos cenários de emissão para o transporte de cargas, tem previsão de conclusão para maio de 2012. O Plano de mitigação para o transporte de cargas foi elaborado a partir das partes do PNLT que já foram revisadas.

- Ressaltou a necessidade de investir na eficiência energética dos caminhões, pelo fato do Transporte rodoviário de cargas representar cerca de 90% das emissões.
- Um dos maiores potenciais de redução de emissões, tanto na mobilidade urbana quanto no transporte de cargas, seria a substituição do óleo diesel usado em ônibus e caminhões por combustíveis mais limpos, como o etanol.
- Entretanto, a implementação de estratégias de redução de emissões e diminuição de poluentes locais no transporte público é um problema de dimensão social, pois pode aumentar o valor das tarifas.
- Nesse sentido, o fortalecimento da articulação interministerial e interfederativa possibilitaria abordar questões como a melhoria da eficiência energética do transporte público urbano e de cargas.
- André Odenbreit (MRE) enfatizou a necessidade de conhecer os custos totais da implementação de uma política de mitigação no setor de transportes, a fim de subsidiar as discussões internacionais referentes às necessidades de financiamento internacional.
- Sobre a compatibilização das ações de eficiência energética do Plano Setorial de Transportes com o PDE, ressaltou-se que o cenário do PDE não prevê esforços consideráveis de eficiência energética em veículos leves e pesados até 2020. O PDE também não inclui ações de mobilidade urbana, o que entretanto poderá ser incluído nos anos posteriores.
- O MCT informou que o Ministério possui alguns fundos setoriais e que um deles é o CT Transportes (passageiros e cargas) que poderia apresentar contribuições ao Plano.

1.2. Plano Setorial da Indústria

- Representante do MDIC informou que como o Plano Setorial da Indústria já havia sido apresentado na última reunião do GEX e, portanto, não haveria necessidade de apresentação. Acrescentou que na versão final do Plano houve apenas uma pequena revisão dos números e da introdução.

1.3. Plano Setorial da Saúde

- Foi entregue uma versão preliminar Plano Setorial da Saúde, que inclui as ações voltadas para adaptação no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e está sob responsabilidade da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde (MS).
- A versão final do Plano de Saúde está previsto para ser concluída em Julho de 2012. Em outubro deverá ocorrer seu lançamento junto com outras ações do MS durante a Semana de Saúde.
- De acordo com o representante do MS, o Plano prioriza ações de adaptação às doenças e agravos diretamente associados à mudança do clima, como por exemplo a febre amarela, cujo vetor é sensível ao aumento da temperatura. O Plano não tem recortes regionais, porém o próprio comportamento de algumas doenças já define os focos epidemiológicos prioritários.

1.4. Pesca e Aquicultura

- O Sr. Alexandre Kirovsky informou sobre a situação do aditivo de prazo e valor junto ao projeto de elaboração do Plano encaminhado recentemente ao Fundo Clima. A elaboração do Plano Setorial de Pesca e Aquicultura contará com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina. Está previsto para ser concluído em setembro de 2012.

1.5. Plano de Mineração

- O Sr. Edson (MME) apresentou o Plano, informando que este inclui as atividades de lavra, beneficiamento físico, pelotização e transporte interno e aborda 14 tipologias minerais. Não inclui, portanto, processamento químico mineral e transporte externo.
- As principais fontes emissoras do setor, responsáveis por cerca de 80% das emissões previstas em 2020, são a extração e o beneficiamento físico de minério de Ferro e de

agregados (areia e pedra britada para construção civil), e o processamento de minério de ferro em pelotas. Para esses minérios foram analisadas iniciativas de abatimento de emissões, identificando as barreiras para implementação.

2. Consulta pública para avaliação dos Planos Setoriais

- Foi apresentada proposta preliminar de formato de consulta pública para avaliação dos Planos Setoriais. A consulta ocorrerá em duas instâncias: presencial, prevista para ser desenvolvida nos meses de junho e julho nas 5 regiões do país; e eletrônica, que ficaria hospedada nos sites da Casa Civil, do MMA e do Fórum Brasileiro.
- A Sra. Leiza Dubugras (Casa Civil) ressaltou ser o FBMC o espaço ideal para a realização de consultas públicas. O FBMC terá o papel de identificar os setores e representações da sociedade civil para contribuir no processo de Consulta Pública. Os Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas teriam papel importante nas consultas regionais.
- Acordou-se o estabelecimento de uma comissão organizadora composta de membros do GEx (Casa Civil, MMA, FBMC, e Coordenadores dos Planos Setoriais), ABEMA, ANAMMA e SPI/ MPOG, com a incumbência de discutir os aspectos metodológicos e a logística do processo de consulta pública e sistematizar as contribuições apresentadas.
- A SPI/MPOG será convidada a participar da Comissão pela sua experiência na condução de processos de consulta pública, tendo inclusive capacitado servidores para atuarem como moderadores.
- Apontou-se para a necessidade de se construir uma agenda de comprometimento dos membros de Governo com o processo da consulta pública. Foi sugerido verificar a possibilidade de se construir um núcleo de facilitadores e mediadores com conhecimento técnico dos planos para auxiliar na condução dos trabalhos.

3. Encaminhamentos

3.1. Foi sugerido o seguinte calendário de trabalho para apresentação dos Planos Setoriais para o Governo:

- Dia 19 de abril: prazo para os membros do GEx encaminharem ao MMA (planoclima@mma.gov.br) suas considerações a respeito dos Planos Setoriais;
- O MMA compilará as considerações para apresentá-las na reunião extraordinária do GEx dia 23 de abril para posterior encaminhamento ao CIM;
- Na reunião do dia 23 de abril será entregue pelos coordenadores dos Planos Setoriais os Sumários Executivos (2 páginas) para a reunião do CIM;
- A Casa Civil agendará reunião do CIM, prevista para o dia 25 de abril, para apreciação dos Planos Setoriais (com base nas considerações do GEx e nos Sumários Executivos) e apreciação do processo de consulta pública.